

A literatura afro-brasileira em sala de aula: caminhos para o incentivo da leitura e da história e da cultura¹

Ana Lúcia dos Santos *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-9711-3575>

Resumo: A literatura africana e afro-brasileira é uma ferramenta importante na formação do homem crítico. O ensino médio é o espaço mais adequado para a exploração do potencial do conteúdo textual, a fim de construir identidades livres de preconceito e de discriminação. A pesquisa tem como objetivo debater a relevância da literatura afro-brasileira e africana na construção de identidades críticas e inconformadas com as desigualdades. A pesquisa é de caráter bibliográfico uma vez que a partir de diversas leituras bibliográficas explica os processos de escravização, analisa as práticas racistas em obras e propõe caminhos para um ensino literário que inclui ao invés de segregar brasileiros. A pesquisa se fundamenta na Lei nº 10.639/2003, e Lei nº 7.716/1989, articuladas com revisão bibliográfica de Souza & Lima (2006), Cuti (2011), Albuquerque e Filho (2006), Cadernos Negros (2015), entre outros. Da pesquisa se conclui que há necessidade do professor de literatura aproveitar as diversas obras literárias de temática racista e preconceito com relação ao povo negro para usá-las como instrumento do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e africana. Conclui-se que se deve promover debates entre os alunos do ensino médio para que não façam ENEM apenas, mas também sejam cidadãos de respeito e respeitados pela sociedade e sem discriminação de qualquer tipo, lutando para uma sociedade mais humana.

Palavras-Chave: Literatura; Negro; Racismo; Ensino; Cultura

Afro-brazilian literature in the classroom: pathways to encourage reading and history and culture

Abstract: African and Afro-Brazilian literature is an important tool in the formation of the critical man. High school is the most suitable space for exploring the potential of textual content in order to build identities free from prejudice and discrimination. The research aims to debate the relevance of Afro-Brazilian and African literature in the construction of critical identities that are not satisfied with inequalities. The research is of a bibliographic character since from various bibliographic readings it explains the processes of enslavement, analyzes the racist practices in works and proposes ways for a literary teaching that includes instead of segregating Brazilians. The research is based on Law 10.639 / 2003, Law 7.716 / 1989, articulated with a bibliographic review by Souza & Lima (2006), Cuti (2011), Albuquerque and Filho (2006), Cadernos Negros (2015), among others. The research concludes that there is a need for the literature teacher to take advantage of the diverse literary works with a racist theme and prejudice against the black people to use them as a tool for teaching Afro-Brazilian and African History and Culture. We conclude that high school students should be debated so that they do not only do ENEM, but are also citizens of respect and respected by society and without discrimination of any kind, fighting for a more humane society.

Keywords: Literature; Black; Racism; Teaching; Culture

¹ Esta publicação é parte da monografia realizada no Curso de Letras-Língua Portuguesa, pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, sob orientação do Prof. Dr. Alexandre António Timbane.

* Licenciada em Letras e Língua portuguesa pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, campus dos Malês. Participa e é membro do Grupo de pesquisa "África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e cidadania global." Participou de diversos eventos acadêmico-científicos e projetos de pesquisa. Tem contribuído na formação de jovens estudantes em São Francisco do Conde. E-mail: ana.luciadoc@hotmail.com

Matsalwa ya Afro-Brazilian etlilasini: tindlela to khutaza ku hlaya na matimu na ndhavuko

Xitlhokovetselo: Matsalwa ya Xiafrika na ya Xiafrika-Brazil i xitirhisiwa xa nkoka eku vumbiweni ka munhu wo xopaxopa. Xikolo xa le henhla i ndhawu leyi faneleke swinene yo lavisisa vuswikoti bya nhundzu ya matsalwa, leswaku ku ta akiwa vutivi lebyi nga riki na xihlawuhlawu na xihlawuhlawu. Ndzavisiso wu kongomisa ku burisana hi ku yelana ka matsalwa ya Afro-Brazilian na ya Afrika eka ku akiwa ka vutivi bya vuxopaxopi na lebyi nga fambisaniki na ku nga ringani. Ndzavisiso lowu wu na xivumbeko xa bibliyografiki tanihileswi ku suka eka ku hlayiwa ko hlayanyana ka bibliyografiki wu hlamuselaka maendlelo ya vuhlonga, wu xopaxopa maendlelo ya xihlawuhlawu eka matsalwa na ku ringanyeta tindlela ta dyondzo ya matsalwa leyi katsaka ematshan'wini yo hambanyisa vanhu va le Brazil. Ndzavisiso wu sekeriwe eka Nawu wa 10,639/2003, na Nawu wa nomboro ya 7,716/1989, lowu hlamuseriweke hi nxopaxopo wa bibliyografiki hi Souza & Lima (2006), Cuti (2011), Albuquerque na Filho (2006), Cadernos Negros (2015), exikarhi ka swin'wana. Ku suka eka ndzavisiso, ku gimetiwa leswaku ku na xilaveko xa leswaku mudyondzisi wa matsalwa a tirhisa tibuku to hambana hambana ta matsalwa leti nga na tinhlokomhaka ta xihlawuhlawu na xihlawuhlawu eka vantima ku ti tirhisa tanihi xitirhisiwa xo dyondzisa Matimu na Ndhavuko wa Xiafrika-Brazil na Afrika. Ku gimetiwa leswaku minjhekanjhekisano yi fanele ku tlakusiwa exikarhi ka swichudeni swa xikolo xa le henhla leswaku swi nga teki ENEM ntsena, kambe swi tlhela swi va vaaki lava xiximiwaka no xiximiwa hi vaaki naswona handle ka xihlawuhlawu xa muxaka wihi na wihi, va lwela vaaki lava nga na vumunhu swinene.

Marito ya nkoka: Matsalwa; Ntima; Xihlawuhlawu xa rixaka; Ku dyondzisa; Mfuwo

Introdução

Segundo a Constituição Federal, “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205). A nossa sociedade só poderá ter um bom futuro se apostarmos numa educação que não apenas ofereça conhecimentos científicos, mas também forme o ser humano para a vida.

Dessa forma, o papel da escola como instrumento de transformação social é trazer uma educação para todos/as, sem estigmatizar nenhum grupo social, isto é, sem nenhum tipo de preconceito. Entretanto, isso ainda é utopia na realidade brasileira, visto que a discriminação é ainda preocupante, pois fatores como a falta de valorização dos professores, a má formação docente, a falta de infraestrutura e de material didático tornam os alunos das escolas públicas mais vulneráveis comparativamente aos alunos das escolas particulares.

As diferenças entre a escola pública e a particular evidenciaram-se mais no período da pandemia da Covid-19, em 2020, em que os alunos, as escolas e os professores das escolas públicas não puderam desenvolver as suas atividades remotamente, sobretudo

por falta de estrutura e materiais tecnológicos. Fica clara a ideia de que pouco se investe na escola pública no Brasil, favorecendo maior acesso aos que têm condições para colocar seus filhos na escola particular. O Exame do Ensino Médio (ENEM) será o mesmo para os alunos da escola particular e pública, mas os graus de aprendizagem e oportunidades são totalmente diferentes.

Outro problema é de cunho ideológico, Pois o negro e o índio não têm a sua história e cultura valorizadas, estão fadados a materiais didáticos que favorecem a classe dominante. Nessa perspectiva, os negros são representados na teledramaturgia ocupando papéis na maioria das vezes de subalternidade, pois vêm representados como empregadas/os domésticas/os, porteiro do prédio, gari, objeto sexual, motorista, jardineiro, copeiro ou ambulante, isso quando não é o mordomo palhaço e submisso. Na literatura brasileira, o negro aparece como bandido, negro dócil, aquele bonzinho que aceita tudo sem questionar, sem uma base teórica que agregue valores ao negro. Não se pode combater o problema racial no Brasil, enquanto a sociedade ainda reforçar esses estereótipos sobre o negro.

Esta pesquisa procura analisar como a literatura afro-brasileira é tratada no ensino médio, partindo de um estudo de caso realizado no Colégio Estadual Martinho Salles Brasil, no Município de São Francisco do Conde (BA). Analisando o pressuposto de que a Lei nº 10.639/2003 torna obrigatório o ensino da cultura, literatura afro-brasileira e africana em sala de aula, refletimos quanto a ser seguidos para o incentivo à leitura e à aprendizagem da história e da cultura brasileira partindo de um texto literário. É de salientar que a cidade de São Francisco do Conde teve uma forte participação escravocrata no período colonial e poderia ser o espaço mais adequado que adapta um currículo local que atende as realidades históricas, culturais do povo negro partindo de materiais literários africanos e afro-brasileiros.

De acordo com Peixoto (2013, p.7) “as leis 10.639, em 2003, e 11.645, em 2008, tornam obrigatório, em instituições públicas e privadas da escola de educação básica, o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”. Sendo assim, a pesquisa visa incentivar a leitura e uso da literatura afro-brasileira no combate ao racismo e na inclusão de toda pessoa humana nas escolas do Município de São Francisco do Conde (BA). No estado da Bahia, a maior parte da população é negra (81,1%), segundo Silva et al. (2020), devido ao alto número de escravizados que foram forçados a deixar a África para fortalecer o poder político e econômico do Brasil. Por essa razão, é de suma importância analisar as políticas públicas que trabalham em prol da literatura afro-brasileira nos

estabelecimentos de ensino.

1 A importância da Literatura Afro-brasileira e Africana vs a Lei nº 10.639/2003

É notório que o negro, na maior parte dos casos, quando aparece na literatura e na teledramaturgia ainda não assume o protagonismo. Dessa forma, os papéis que lhes são atribuídos são de subalterno, de submissão, de inferioridade perante os brancos representando a história da colonização, da escravização, da humilhação que os antepassados sofreram ao longo de séculos. Tanto o preconceito quanto a discriminação têm consequências nefastas para a sociedade brasileira.

A mídia é uma ferramenta poderosa, uma vez que é uma grande propagadora de estereótipos racistas na maior parte dos casos. Nas escolas, as festas juninas nordestinas escolhem a rainha do milho, uma garota com características europeizadas. Isso mostra o despreparo dos professores para lidar com a questão étnico-racial, pois de forma (in)voluntária, a escola promove o racismo institucional pelo fato de não desconstruir o racismo e qualquer outro tipo de preconceito e discriminação.

Os professores precisam se preparar para rever os padrões de beleza, adotando comportamentos - que combatem ideologias e padrões eurocêtricos. Hoje existem materiais que combatem o preconceito e que podem ser usados como ferramenta de apoio para alavancar as relações étnico-raciais. É o caso da obra “os Cadernos Negros”, uma coletânea de contos afro-brasileiros organizada pelo grupo Quilomboje na qual autor(a)s negro(a)s publicam literatura, o negro é protagonista da sua história. Portanto, nesse contexto literário o povo negro tem vez e voz, quebrando e desconstruindo ideologias eurocentradas. Foi com muita luta dos movimentos negros pela igualdade e justiça social que o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Federal nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da cultura e literatura afro-brasileira e africana na educação básica. Segundo Oliveira e Júnior,

Inserir a cultura africana e afro-descendente na escola representa não só uma conquista do Movimento Negro e dos estudiosos do tema ao longo dos últimos anos, mas de toda a população brasileira, além de favorecer a educação como um todo, pois devido ao modo silenciado que se configurou com a ausência dessa discussão, muito da riqueza cultural do Brasil foi perdida, pouco explanada e/ou pouco conhecida, o que ocasionou em reflexões negativas acerca das relações étnico-raciais nas escolas (OLIVEIRA; JÚNIOR, 2012, p.2).

Esses conhecimentos são de suma importância para valorização da cultura afro-brasileira. É pertinente valorizar e incluir o negro no meio social, para além de elevar a

autoestima, construindo a identidade do negro, assim como trazer o orgulho da sua cor de pele, dos seus cabelos e do seu potencial como seres humanos. Isso será possível se houver acesso a um estudo aprofundado sobre as suas origens. Todavia, a falta de atrativos faz que muitos jovens abandonem a escola e acabem indo para o mundo do crime, que é um labirinto que, às vezes, não tem saída.

A literatura afro-brasileira poderia ser uma ferramenta para romper com o ensino da literatura tradicional brasileira, pois valorizaria a cultura e a história do povo negro. Nessa perspectiva, os professores da educação básica em todas as áreas do conhecimento precisam fazer cumprir as leis supracitadas e assim, aos poucos, desconstruir ideologias errôneas acerca do negro no Brasil e da África.

Ensinar a literatura afro-brasileira nas escolas de educação básica é refletir teoricamente acerca do respeito pela história do povo negro e da escravidão no Brasil. Assim, a literatura afro-brasileira, somada aos grupos organizados pelos movimentos negros de resistência, é instrumento norteador na luta contra as indecências sofridas pelos escravizados e seus descendentes. De acordo com Souza e Lima (2006, p.11), a origem da literatura afro-brasileira deu-se com o uso do termo “literatura negra”, presente em antologias literárias publicadas em vários países e está ligada a discussões no interior de um movimento surgido nos Estados Unidos e no Caribe. A literatura negra:

Assumia as questões relativas às identidades e às culturas dos povos africanos e afro-brasileiros. Através do reconhecimento e a valorização da herança cultural africana e da cultura popular, a escrita literária é assumida e utilizada para expressar um novo modo de se conceber o mundo. Para muitos teóricos e escritores do Brasil. (SOUZA & LIMA, 2006, p.11-12).

Sendo assim, quando o termo “afro” aparece como prefixo à literatura “brasileira”, automaticamente remete a uma produção literária que versa a história e cultura dos afrodescendentes. Desse modo, as leis no Brasil normalmente funcionam na teoria, pois na prática a história é outra, pois nem sempre são executadas na prática. Portanto, é preciso fazer uma reflexão acerca da Lei Federal nº 10.639/2003, sancionada em 9 de janeiro. Para essa problemática, Oliveira e Júnior (2012) afirmam que:

As escolas tradicionais apresentam falhas na medida em que não articulam os conteúdos ministrados em sala de aula com aspectos mais abrangentes da sociedade, tomada em seus diferentes aspectos e compostas por diversos atores sociais. Tal perspectiva reduz a escola a um local de instrução. O que é transmitido aos alunos (as) não contempla diversos grupos pertencentes à sociedade, não dá a devida importância, por exemplo, às populações negras e indígenas [...]. O ensino tradicional,

nesse sentido, reproduz os valores da sociedade dominante e mantém essa condição. Escola e sociedade dominante caminham juntas no sentido de manter as ideologias das classes opressoras, não abrindo espaço, assim, para uma análise crítica social e impedindo a inserção de outros grupos sociais menos privilegiados nessa discussão (OLIVEIRA; JÚNIOR, 2012, p.3).

Sendo assim, fica evidente que a Lei Federal (nº 10.639/2003) foi uma grande conquista, e podemos denominá-la dívida histórica. A escola precisa ser atrativa para atrair jovens negros e transformá-los em intelectuais. Esses jovens, muitas vezes, só são vítimas de um Sistema Educacional que não é atrativo. Partindo dessa perspectiva, os jovens negros, em muitos casos, precisam parar os estudos para contribuir com a renda familiar. Esse quadro não é observável só no Município de São Francisco do Conde (BA), mas em todo o território brasileiro. O Brasil tem uma dívida histórica com o povo negro, pois os negros são os que mais ficaram prejudicados social e economicamente. A pesquisa -de Albuquerque e Filho (2006) ilustra “uma história do negro no Brasil” cheia de sofrimento, de desumanidade, de tristeza e de aculturação.

Só a escola tem o poder de transformar e agregar valores, abordando fatores como as contribuições que os negros deram para o conhecimento científico e tecnológico e mostrando o continente africano de outra perspectiva, para que muitos alunos não confundam a África com um país, para além do desconhecimento total das origens africanas e afro-brasileiras. Os relatos históricos distorcidos são nefastos e precarizam o debate antirracista. A falta de debates sobre a cultura e a história da África faz que pessoas brancas sejam valorizadas enquanto o negro é inferiorizado. Pior ainda é quando o próprio negro não se vê como tal, discutindo e combatendo contra os negros. Para haver mudanças no comportamento e amenizar a discrepância que há entre negros e brancos na sociedade, é preciso desarmadilhar o preconceito racial. Quando o assunto são os povos afrodescendentes e africanos, é preciso plantar a semente da mudança nos estabelecimentos de ensino.

2 A literatura africana e o ensino médio público em São Francisco do Conde (BA)

O Município de São Francisco de Conde (BA) é um dos territórios brasileiros onde muitos escravizados foram colocados para desenvolver atividades agrícolas. Por exemplo, no bairro de São Bento das Lajes, próximo ao centro da cidade existem até os dias atuais, ruínas da 1ª Escola Agrícola do Brasil e da América Latina fundada em 1859 por D. Pedro II. A cidade é cercada por várias fazendas, onde funcionavam os engenhos

de cana-de-açúcar, como a Fazenda D. João, na qual se encontra hoje o quilombo de mesmo nome, cercado por palmeiras, colônias e manguezais. Para além da Fazenda D. João existem a Fazenda Engenho D'água, Fazenda Engenho Novo, entre outras. Há um grande patrimônio histórico que precisa ser preservado, pois carrega a história do povo negro e da colonização em São Francisco do Conde.

A cidade tem apenas duas escolas de ensino médio. As matérias dadas no ensino médio visam preparar o aluno para o ENEM; faltam aulas que preparem o estudante para a vida, para a socialização. Trazer o texto literário para a sala de aula requer preparo metodológico. Não se pode trazer o texto literário para a aula sem definir claramente os objetivos gerais e específicos. Por vezes, os professores usam o texto para fazer um trampolim de noções gramaticais, para o ensino da leitura ou para servir de base à produção textual. Os enunciados de ENEM são prova dessa passagem de texto literário para a produção escrita, e até há quem acredita que quanto mais o aluno lê, mais saberá escrever. Isso não corresponde à verdade, porque se tratam de duas atividades diferentes, cada uma com seu próprio objetivo, exigindo a sua própria competência.

O texto literário vai além das funções aqui apresentadas, porque pode ser meio de ensino da história e da cultura de um povo. O imaginário do autor e também dos personagens, muitas vezes, não foge à realidade da comunidade do autor. Qualquer distanciamento exagerado torna o texto incompreensível e inacessível. Quanto mais os cenários ou as descrições se aproximam do leitor, maior será a compreensão dos fatos. Por isso as relações entre a escola, a família e o aluno devem ser harmônicas. Segundo Timbane e Ferreira (2019), “Cabe à escola e a família harmonizar os seus **programas de ensino** para que o indivíduo a ser formado não fique confuso e sem saber a quem seguir, embora ambas as instituições tivessem boas intenções: fazer com que o indivíduo seja integrado na sociedade e que tenha um comportamento aceitável.”

Escritores se preocupam com o uso do termo “literatura negra” ou “literatura afro-brasileira”, como uma forma de combater a exclusão social. No entanto, “literatura negra” ou “afro-brasileira” se distancia da literatura tradicional, porque a literatura negra é uma “arma” para defender os menos favorecidos pela história. Mesmo entre os escritores que se assumem como negros, alguns deles muito sensíveis à exclusão dos descendentes de escravos na sociedade brasileira, existe resistência quanto ao uso de expressões como “escritor negro”, “literatura negra” ou “literatura afro-brasileira” (SOUZA; LIMA, 2006). Os autores citados explicam que essas expressões particularizadoras acabam por rotular e aprisionar a sua produção literária. Outros, ao contrário, consideram que as expressões

permitem destacar sentidos ocultados pela generalização do termo “literatura” (SOUZA; LIMA, 2006).

Embora alguns escritores optem por não usar “literatura negra” ou “literatura afro-brasileira”, os termos são de suma importância para serem trabalhados em sala de aula, pois os conteúdos presentes colaboraram na construção das identidades dos afro-brasileiros que trarão a cultura africana, crenças, tradições, entre outras identidades. O exemplo disso são os “Cadernos Negros” (1978), organizados pelo grupo Quilombhoje, em que os poemas e contos são leituras da identidade:

Firmino enfiou-se na mata adentro com dois dos seus melhores cachorros. Ele sabia que passar a noite na mata lhe rendia boas caças. Em seu kit de sobrevivência não lhe faltava fumo, pois aprendera com os melhores caçadores que, na mata, **existia um ser que adorava enganar quem nela entrasse**. A pessoa se perdia na mata e de lá não conseguia sair nunca mais. E os que escapavam endoidavam! (...), (CADERNOS NEGROS, 2015, p.25; grifo nosso).

A citação acima conta a história do negro, suas crenças, costumes em uma linguagem simples e de fácil compreensão. O Firmino é o protagonista. O ser que faz as pessoas se perderem na mata ou no manguezal, de acordo com a cultura popular, chama-se “Caipora”, que faz parte da mitologia tupi. Os índios também contribuíram com o legado cultural. Assim, estudos sobre a cultura e participação afrodescendente contribuíram para a formação do Brasil. As desigualdades se registraram no campo da educação, tal como ilustra o relato de DCN/Brasil (2004):

Nesse sentido, ao analisar os dados que apontam as desigualdades entre brancos e negros na educação constatam-se a necessidade de políticas específicas que revertam o atual quadro. Os números são ilustrativos dessa situação. Vejamos: pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana 8 crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação. (DCN/Brasil, 2004, p.7).

Os dados mostram que há falha na democracia, de igualdade e respeito com as diferenças. A discrepância entre negros e brancos na sociedade colonial é do conhecimento de todos, e isso ocorre até aos dias atuais. Sabe-se que a educação dá

poder, transforma o pensamento humano e o mundo. A literatura tradicional, de acordo com Cuti (2011, p.21), “sempre manteve relações com os poderes político e econômico; tanto para praticar a vassalagem e reproduzir seus valores”. Ou seja, os cânones literários foram e são responsáveis por grande parte das ideologias silenciaram os afrodescendentes até a contemporaneidade.

Portanto, uma educação étnico-racial é o subsídio para construção das identidades do povo negro no Brasil. Para tanto, faz-se mister lutar para combater as injustiças contra os menos favorecidos, que sentem na pele as mazelas de um país onde as leis são falhas. Partindo desse pressuposto, a literatura afro-brasileira precisa ser inserida nas escolas de ensino médio e fundamental. Isso significa que as:

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão (DCNS, 2004, p.11).

Portanto, precisa-se de políticas públicas de reparação que ofereçam uma educação de qualidade para os afrodescendentes. Além disso, é preciso garantir a permanência dos estudantes em sala de aula. Desse modo, é dever do Estado assumir essa responsabilidade por meio de políticas públicas de reparação. O mesmo tem papel vital nesse processo porque, se não intervir, os estereótipos, o preconceito e o racismo continuarão crescendo, excluindo assim, os grupos minoritários. Dessa forma:

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados (DCNS, 2004, p.11).

Ademais, dentro desse contexto, faz-se necessário que alunos (independentemente da cor da pele) aprendam a literatura afro-brasileira para também aprender a ter respeito pelos seus semelhantes, pelo ser humano. É nessa perspectiva

que a escritora e militante negra Conceição Evaristo chama sua escrita de “escrevivência”: por contar as experiências vivenciadas, para além de fazer denúncias de como é ser negro no Brasil. Suas poesias, contos e romances escancaram a realidade do racismo estrutural brasileiro. Em síntese, da “escrevivência” surgiu o conto “Olhos d’água” (EVARISTO, 2016), no qual a personagem acorda atordoada bruscamente de um sono, e indaga para si qual era a cor dos olhos da mãe, porque os olhos das mães negras brasileiras estão cheios d’água. Observa-se que as lágrimas ofuscam a visualização da verdadeira cor dos olhos. A escritora apresenta características da literatura afro-brasileira, faz denúncias, sem se preocupar em divertir e ninar aqueles que julgam não pelo caráter, mas pela quantidade de melanina da pele.

Portanto, ser mãe e mulher negra no Brasil não é uma tarefa fácil, visto que a todo o momento, os meios de comunicação noticiam histórias absurdas de racismo, preconceito e assassinatos de pessoas negras. Estamos em pleno século XXI, mas cenas de escravidão, genocídio e racismo ainda são evidentes. Não é por acaso que o movimento negro norte-americano e o slogan “vidas negras importam” (*Black Lives Matter*) ganharam o mundo partindo do país mais rico do mundo. Nessa perspectiva, - pode-se afirmar que não é tarefa fácil viver dividindo espaço com ideologias eurocêntricas, que tiram oportunidades de se construir um país mais justo e igualitário. Quando a literatura negra rompe com a literatura tradicional, é uma forma de contar o heroísmo do negro e trazê-lo como protagonista, porque seu objetivo é construir a identidade do negro. A literatura afro-brasileira é uma ferramenta de resistência e de luta contra as injustiças da sociedade racista que persegue grupos étnicos (sociais) específicos. Analisamos o relato de Barros (2014), que narra uma cena preocupante de racismo, para reflexão:

Ele está bem trajado; e tem dinheiro para adquirir ingressos. Ainda assim, á porta de uma boate (que poderia também ser um restaurante, um clube, um hotel), este homem bem empregado e socialmente bem vestido tem sua passagem impedida pelo porteiro. Indignado, o homem exige que chamem o gerente, e aparece o próprio dono do estabelecimento. Este lhe diz que o porteiro está só cumprido ordem, as que ele mesmo deu, e que não adianta insistir porque nos seus estabelecimentos “pretos não entram. O homem que sofreu discriminação faz uma ligação telefônica para seu advogado. Dali a pouco uma viatura de polícia, desenrola-se discussões, surge do nada algumas câmeras de TV, no fim das contas o dono do restaurante é intimado a ir a delegacia com base na **Lei 7.716- Lei brasileira datada de 5 de janeiro de 1989 que define e estabelece punições para os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.** Da multidão,

que já se comprimia para assistir à pequena confusão que se estabelecera alguns aplausos e alguns silêncios (BARROS, 2014, p.8, grifo do autor).

De acordo com Barros (2014), a narrativa supracitada nem sempre pode ter o mesmo final, pois o dono do estabelecimento talvez não fosse tão explícito na vida real. Nem mesmo a polícia e TV chegam tão rápido. Isso é uma realidade paradoxal na sociedade brasileira, em que a maioria das vítimas do preconceito são pessoas pobres, com pouco estudo e sem poder aquisitivo para pagar advogado. Por outro lado, racistas não temem as leis brasileiras porque as penas são brandas, com pouco efeito prático. Quem é rico ainda pode pagar uma multa em dinheiro e ganhar uma prisão domiciliar ou, simplesmente, pode ser condenado a uma pena de “serviços comunitários” – que podem ser algumas “cestas básicas”.

O papel da literatura “afro” é narrar o cotidiano do homem e da mulher negra e trazer ao público todo o seu legado histórico-cultural, denunciando as injustiças sociais. É claro que isso sempre trouxe/traz incômodo para os brancos racistas e preconceituosos. Para tanto, mudam-se os tempos, porém, os repertórios, os estereótipos, o racismo e o preconceito continuam se alimentando da falta de respeito e intolerância, ou seja, os grupos dominantes nunca estão preparados para lidar com as relações étnico-raciais no Brasil.

Para Melo e Braga (2010), durante a trajetória do negro da África para o Brasil, várias histórias foram contadas, mas escritores dessa época as contaram como uma simples história, porque nunca sentiram na pele os malefícios do racismo. Escritores negros dos séculos XVIII, XIX e início do século XX produziram obras literárias trazendo a condição do negro na sociedade. Podemos citar os seguintes escritores: Domingos Caldas Barbosa, Luiz Gama, Cruz e Souza, Lima Barreto, Maria Firmina dos Reis. Peixoto (2013, p. 13) confirma o seguinte:

Lima Barreto esteve de diferentes maneiras, comprometido com a condição subjugada do negro escravizado ou livre; com a luta pela abolição do sistema escravocrata; com a representação positiva das mulheres negras e com a oposição sistemática as teorias científicas propagadoras de diferenças entre as supostas raças, colocando a branco europeia como superior a todas as outras. Mesmo marcados pelo isolamento intelectual e literário no empenho da afirmação racial e na crítica ao racismo, esses autores são vistos por alguns críticos e escritores contemporâneos como precursores de uma produção literária conscientemente engajada na luta contra o racismo e a discriminação racial.

Sendo assim, o posicionamento crítico de Lima Barreto e outros autores iniciou uma produção literária diferenciada daquelas apresentadas, nas quais, de forma ideológica só personagens brancos eram valorizados. Cuti (2011, p.16) afirma: “a literatura é uma forma de, pelo imaginário selecionar conteúdos e vivências da realidade e fixá-los no tempo por meio da perenidade da linguagem escrita”. Lamentavelmente, é usada como meio de propagar ideologias de cunho racista que prejudicam os grupos minoritários, e com isso também invisibiliza partes importantes da historiografia brasileira, negando os méritos de autores negros como Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), conhecido popularmente como Lima Barreto. Depois do seu falecimento:

O silêncio sobre sua obra recrudescer o quanto pôde. A vertente desqualificadora continuou a exercer seu papel, porém mais enfraquecida depois da década de 1940, quando os títulos do autor voltaram, gradativamente, a encontrar guarida no mercado editorial. Isso ocorreu graças ao avanço e a diversidade dos estudos literários, bem como a luta contra o racismo travada nos vários campos do saber - em especial na antropologia e na sociologia - e pelas entidades negras (CUTI, 2011, p.18).

Embora Lima Barreto tenha sido um grande escritor, seus escritos sempre foram mal vistos pelos colonizadores da língua escrita, os quais diziam que o mesmo escrevia errado. De acordo com Cuti (2011), os dados biográficos que mais usaram de Lima Barreto foi seu *Diário Íntimo* (1956), cujas temáticas seriam o alcoolismo, a miséria, a loucura, entre outros adjetivos pejorativos, sendo até chamado de escritor “maldito”. Dessa forma, é notório que o escritor foi perseguido e humilhado pelos seus contemporâneos.

Os dados biográficos do autor foram o material mais aproveitado para abordar sua obra, a partir da publicação do seu *Diário Íntimo* (1956). O alcoolismo, a miséria, a irrelevância e a loucura, com o conjunto de preconceito que acarretam, lastream inúmeras abordagens de seus escritos, fazendo surgir, por um lado, a noção de autor que escrevia errado, de forma irregular, sem técnica apurada; e por outro de escritor maldito, lutador e patriota (CUTI, 2011, p.18, grifo do autor).

Portanto, Lima Barreto foi um grande escritor, porém sua escrita não agradava seus contemporâneos, porque para além de fugir dos padrões tradicionais, Barreto era negro. De acordo com Cuti (2011), Barreto fazia questão de expor em toda sua obra como eram tratados os negros/mulatos pelo branco racista. Barreto trazia uma ideia de luta e resistência contra o preconceito. A obra barretiana trazia a consciência literária clamando pelo fim da escravidão e a busca pela igualdade entre negros e brancos. Cuti (2011, p.

21) afirma que “a literatura por sua vez, sempre manteve relações com os poderes políticos e econômicos; tanto para praticar a vassalagem como para reproduzir seus valores”. Os livros didáticos não trazem o negro como protagonista.

3 Ensino do português e da literatura no ensino médio

Existe muito material de qualidade de autores brasileiros preocupados em desfazer equívocos construídos ao longo dos séculos pela ideologia colônia, mostrando a realidade dos fatos, construindo uma narrativa de como os povos africanos fizeram a travessia do Atlântico e chegaram ao Brasil. É preciso mudar pensamentos ideológicos que cercam os brasileiros que foram trazidos da África para serem escravizados. Por exemplo, os livros de História usam o termo, “escravos” ao invés de “escravizados”, que significa “que descreve a situação que foi submetido ao regime de escravidão.”

É notório que não há uma preocupação em transformar em heróis e heroínas aqueles que tanto contribuíram dando o sangue para o desenvolvimento do país. É injusto que só a elite brasileira seja prestigiada e valorizada dentro dos textos literários. Os parâmetros da Lei nº 10.639/2003 são uma ferramenta para mudar a história sem distorcer o real contexto. Porém, precisa-se de fiscalização para mapear o cumprimento. Visto que não se pode mudar o passado, pode-se, ao menos, proporcionar uma educação de qualidade, passível de reescrever o presente e garantir o futuro. Vale salientar que a elite dominante oriunda da supremacia branca trabalha para manter a classe dos menos favorecidos em total regime de opressão. Entretanto, a lei precisa cumprir seu papel, visto que se de:

Políticas de reparações e de reconhecimento formações dos programas de áreas afirmativas, isto é, conjuntos de áreas políticas dirigidas correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Áreas afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e a discriminações, tais como: a Convenção o da UNESCO de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação o Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001. (BRASIL, 2004, p.12).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são mediadores para correções das desigualdades entre as raças. Em união com os direitos humanos, tornam-se subsídios para combater o racismo na sociedade brasileira, Visto que, preconceito racial é crime

diante da lei. A escola tem papel vital, pois ninguém nasceu racista, essa ideologia é ensinada pelas pessoas. A escola tem papel preponderante na redução da discriminação e contribui para a emancipação dos grupos discriminados ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos e avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (BRASIL, 2004, p.15).

Portanto, Por meio de conhecimentos científicos, a escola deveria ser um espaço democrático e de liberdade social que considera e inclui todos os grupos sociais. O Art. 6º determina que os órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino devem avaliar e encaminhar situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade. Os casos que caracterizem racismo serão tratados como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme previsto o Art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988 (BRASIL CNE/CP, 2004, p. 2). Sendo assim, a escola não pode negar o direito de os afrodescendentes conhecerem suas origens e cultura, todavia, o racismo institucional, ou seja, aquele que parte de dentro do estabelecimento de ensino é crime inafiançável.

Por isso, o “currículo local” é relevante para fechar as brechas abertas pelos programas do Ministério da Educação. Conclui-se nesta seção que a literatura afro-brasileira é o caminho para desconstruir ideologias maléficas criadas pelo colonialismo, daí os debates de Lima, Nascimento e Oliveira (2009). Muitas escolas comemoram no dia 20 de novembro o Dia da Consciência Negra por ser o dia da morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares (Zumbi dos Palmares). Depois da data, a consciência negra cai no esquecimento, mas a luta contra o preconceito de cor é cotidiana. Deve-se considerar que o racismo no Brasil não tem um dia específico, porque todos os dias há perseguição. A sociedade brasileira precisa estar em constante lembrança que racismo é crime e está previsto na Lei nº 7.716/89 (Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).

Que tal trazer para a sala de aulas as seguintes obras: “Não vou mais lavar os pratos”, de Cristiane Sobral; “Insubmissas lágrimas de mulheres” ou “Olhos d’água” de Conceição Evaristo; “Desde que o samba é samba”, de Paulo Lins; “A escravidão no Brasil”, de Joel Rufino dos Santos; “Quando me descobri negra”, de Bianca Santana; “Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis”, de Jarid Arraes; “Assim na terra como embaixo da terra”, de Ana Paula Maia; “O Sol na cabeça”, de Geovai Martins; “Rastros de resistência: história de luta e liberdade do povo negro”, de Ale Santos? O que pode acontecer com os alunos? Qual é o medo de trazer essas realidades para a sala de aula,

para discutir com os alunos, para “provocar” a sociedade brasileira, para debater com os políticos e para mostrar ao mundo que a diversidade é a maior riqueza que as sociedades humanas possuem.

A formação e criatividade dos professores na atuação é fundamental para que isso aconteça. A escolha de obras literárias negras já levanta a voz do negro na sociedade brasileira. O racismo estrutural deve ser combatido não apenas com leis, mas também com a mudança de comportamento e atitude na sociedade. Trazer textos literários para a sala de aula é, sem dúvidas, trazer debates, uma oportunidade para discutir comportamentos negativos e desconstruir a raiz racista presente na sociedade. Trazer a literatura africana, afro-brasileira e brasileira é proporcionar momentos que visam comparar, analisar e estudar as diferentes formas de ler o mundo. Cabe ao professor trazer, motivar ou atizar os alunos para que possam refletir e procurar caminhos do respeito às diferenças de qualquer ordem.

As disciplinas de língua portuguesa e literatura não devem ser apenas para fazer a prova de ENEM. É necessário que sirvam de reflexão quanto às questões de variação linguística e às questões de identidade do povo brasileiro, que é um povo heterogêneo. Os contextos sócio-históricos permitiram que isso acontecesse. Cabe a cada um desempenhar o seu papel para restabelecer a verdade, valorizando os heróis e elevando a autoestima dos que mais sofrem o preconceito, racismo ou outra forma de discriminação.

4 Racismo Literário e a disseminação por meio da Literatura

A escravidão/exploração do negro no Brasil iniciou no período colonial e suas cicatrizes ainda se verificam até hoje. Trata-se de uma violência moral, cultural, física e psicológica (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006). Os colonos europeus justificaram a escravidão por meio do argumento de que os negros eram selvagens e sem civilização. Maria Firmina dos Reis, no romance *Úrsula* (1958), primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher negra maranhense, traz relatos da personagem mãe Susana. No capítulo IX, intitulado “A preta Susana”, a narradora conta como era a vida na África antes dos colonizadores. Na obra fica evidente que havia civilização, que as pessoas tinham suas famílias, casavam-se, cuidavam da terra e eram felizes com sua cultura e modo de vida. O contexto histórico faz-se necessário, o problema são as abordagens que não trazem o reconhecimento do negro como protagonista de sua história.

Nessa perspectiva, não devemos em hipótese alguma esquecer que os materiais didáticos distribuídos nas escolas são produzidos sob olhar da elite dominante, que não valoriza todos os grupos sociais. A literatura afro-brasileira oferece subsídios para orientar estudantes a se defender perante comportamentos racistas que podem encarar no cotidiano. Em obras de Reis (1958) e Lima (2008) encontram-se registros das mazelas que o negro passou sobre o domínio do colonizador. Portanto, esses conhecimentos são indispensáveis para reflexão acerca do que realmente acontecia na África antes da colonização. É sabido que o Brasil é um país com diversas culturas, ou seja, um país pluricultural. As informações obtidas nos estabelecimentos de ensino não são suficientes para construir uma identidade nacional dos afrodescendentes.

De acordo com Munanga (2005), os manuais escolares raramente tiveram a representatividade do negro e do índio. Os educadores conscientes sabem que “a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do ‘outro’ e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana” (MUNANGA, 2005, p. 16, grifos do autor). Negar a história do povo é também apagar a memória; a escola, de forma consciente não deve corroborar para expandir o racismo institucional.

O papel da escola é formar pessoas, não só para o mercado de trabalho, mas também para ter uma visão crítica sobre o mundo, partindo do pressuposto de que é por intermédio da mesma que se constrói um país mais democrático, justo e igualitário. Dentro desse contexto, entra o ensino da cultura e literatura afro-brasileira e africana na educação básica. Os PCN's e as práticas docentes devem fazer que os alunos sejam cidadãos livres, conhecedores dos seus direitos e participativos na vida social e política. Os PCN's devem trazer temáticas que valorizam a pluralidade cultural, sem discriminação cultural, social, religiosa, de gênero, de etnia, dentre outras. Os PCN's permitem também ao estudante se perceber integrante e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e interações possíveis, contribuindo para melhorá-lo (MUNANGA, 2005). Sendo assim, grandes escritores como Lima Barreto, Cruz e Souza, Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Solano, Trindade, Abadias do Nascimento, Ruth Guimarães, entre vários outros, encontraram enormes dificuldades no mercado editorial, mas nunca deixaram em nome da causa da humanidade.

As obras canônicas são obras que constituem o panteão da literatura brasileira; nelas, o índio, o negro e o mestiço não têm espaço de privilégio. A Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) contempla também os indígenas, embora até os dias atuais, as comunidades indígenas sejam tratadas como selvagens. Na *live* realizada no dia

23/01/2020, o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro, considera que os povos indígenas são animais selvagens e sem civilização². O índio, independentemente de sua cultura, é ser humano e merece o respeito de toda a sociedade, incluindo do Presidente.

Enquanto a literatura eurocêntrica exalta os heróis brancos, ricos, donos de terra e coloca o negro como “pé de chinelo”, como em “O menino Marrom” (1986), de Ziraldo, ou as narrativas de cunho racista de Monteiro Lobato (como veremos mais adiante), as literaturas afro-brasileira e africana exaltam Zumbi dos Palmares, Nelson Mandela, Martin Luther King Jr., Amílcar Cabral, Frantz Fanon e outros heróis que lutaram pela libertação ideológica colonial e pela causa negra. O estudo “Negras memórias, O imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão”, de Araújo (2004), mostra uma lista longa de escritores, músicos, guerreiros, médicos, jornalistas, engenheiros, homens e mulheres negros e negras que marcaram a história da formação da nação brasileira.

A literatura não pode ou não poderia ser propagadora de preconceito. Por se manter atrelada a padrões ultrapassados, a arte literária se torna uma ferramenta injusta, que separa povos, segrega e exclui determinados grupos sociais. Concordamos com Souza quando afirma que a “história da literatura no ocidente sempre invisibilizou a contribuição de povos não europeus, tanto no protagonismo nas histórias, com o intuito de negar e esconder suas identidades para subjugar e manter sob a condição de subalterno os povos que estavam sob seu domínio” (SOUZA, 2019, s.p.).

Portanto, os padrões eurocentristas, tendem a permear a literatura brasileira, deixando o negro sem representatividade no espaço de fala, impossibilitado de ser visto de forma digna dentro do contexto literário, sem voz ativa no meio da elite “branca”. O escritor Gregório de Matos, apelidado de “boca do inferno”, autor dos poemas “Triste Bahia” e “Senhora Dona Bahia” no século XVII, descreve a Bahia com um retrato muito parecido do vivenciado atualmente, pois a Bahia do século XXI é toda ornamentada para receber turistas, principalmente nos lugares onde os senhores de escravizados costumavam desfilar. Entre esses lugares, estão o Mercado Modelo, o Pelourinho e a Praça da Sé. O povo negro muitas vezes se mistura aos turistas, porém como vendedor ambulante, flanelinhas. Partindo dessa perspectiva, muitos escravizados no passado também trabalhavam de vendedor para os escravocratas, pois foram explorados em todos os setores trabalhistas.

² “uma vez mais o índio é 1 ser humano igual a nós- diz Bolsonaro” (PODER360, 2020).

Segundo a oratura, existem muitos relatos a respeito dos povos de origem africana que não se encontram na literatura. Isso nos faz pensar que os resíduos do colonialismo português persistem em oprimir os negros no Brasil. De acordo com Alves e Timbane (2016), os povos africanos, na sua maioria, são de tradição oral, ou seja, os autores ressaltam que muitas tradições culturais de que se tem conhecimento sobre a África e os afrodescendentes que vivem no Brasil foram passadas de uma geração a outra pela oralidade. Os autores classificam oratura como um conjunto de obras passadas na oralidade por autores anônimos. Cuti (2011) afirma que uma ideologia necessita da constante disseminação de crenças que reforcem ideias e sentimentos de superioridade de determinado grupo racial ou étnico. Omitir informações que possam reforçar a autoestima dos grupos dominados e, quando não for possível, manipulá-las a fim a fim de impedir que exerçam tal finalidade é a tarefa mais comum da formação/informação a ser veiculada (CUTI, 2011, p. 15). Sendo assim, é preciso muita sapiência para desconstruir ideias racistas que foram criadas por escritores que contribuíram de alguma forma para que os quilombos de antigamente apenas trocassem o nome para “periferia”.

5 Um migalhas do racismo de Monteiro Lobato

No Brasil, raramente alguém não conhece o escritor José Bento Renato Monteiro Lobato (1882-1948), de Taubaté (SP). foi um grande escritor, famoso pelas suas obras de literatura infantil. Para além do público infantil, Lobato também escreveu romances, artigos, entre outros gêneros textuais. Seus livros tinham e têm espaços garantidos nas livrarias e bibliotecas nacionais e internacionais.

Com um talento invejável, deu vida a vários personagens da ficção, como a boneca Emília, Visconde de Sabugosa, Saci Pererê, para citar alguns exemplos. Uma obra que se immortalizou no Brasil, com um público gigantesco, foi o “Sítio do Pica Pau Amarelo”. As histórias são incríveis; porém, o racismo dentro dessa literatura é muito forte. Os personagens negros são estereotipados impiedosamente, pelo talentoso escritor, que revelou ser um racista assumido. Dessa forma, conseguiu criar polêmica com alguns escritores e militantes do movimento negro, que repudiam o racismo dentro da literatura brasileira, dentro do conto “Negrinha”, “Caçadas de Pedrinho” e tantos outros.

Sendo assim, quando o assunto é racismo na literatura, o nome de Monteiro Lobato não pode ficar no anonimato, pois o escritor é muito conhecido no Brasil com seus contos e fábulas. Com grande talento para escrever, Lobato aproveitou seu dom para demonstrar, através de seus textos, o quanto era um indivíduo racista e preconceituoso.

Segundo Santos (2018), pessoas que nunca sentiram o peso do racismo irão defendê-lo dizendo que, naquela época, todos eram racistas e que o escritor é extraordinário.

Entretanto, deixa-se claro que o objetivo desse trabalho não é de desmerecer o talento do escritor. Mesmo porque não se pode negar que tinha o dom imensurável para escrever. Muitos leitores ficam encantados com as narrativas das histórias, porém o racismo dentro da literatura é algo terrível para além de um homem racista. Santos (2018) afirma:

O escritor taubateano era um famoso defensor da eugenia, um tipo de seleção de humanos **bem nascidos** ou uma escolha de características superiores para a evolução da espécie. Exatamente o que defendia Hitler, vários países tiveram iniciativas como essa. Para ser mais exato, ele foi membro da Sociedade Eugênica de São Paulo e mantinha relações estreitas com vários dos principais nomes das políticas eugenistas brasileiras como Renato Kehl e Arthur Neiva. Recentemente foram reveladas cartas em que ele fazia elogios à KKK (Ku Klux Klan), a seita supremacista que assassinava negros e incendiava cruzeiros nos Estados Unidos. País de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma Kux-Klan, é país perdido para altos destinos. (SANTOS, 2018, s.p.; grifos nossos).

Portanto, a citação acima ressalta que o famoso escritor era um admirador e membro de uma famosa seita racista dos Estados Unidos, grupos de assassinos brancos que matavam negros e incendiavam seus bens. Atualmente, os movimentos negros lutam incessantemente por igualdade, por isso não se permite que livros como “Negrinha” (1920) ou “Caçadas de Pedrinho” (1933) e outras de cunho racista. É notório que Lobato não sentia nenhum tipo de afetividade pelos negros; se dependesse dele os negros seriam todos eliminados³.

O escritor supracitado deixou um legado que, para o povo negro, trouxe danos irreparáveis, ao trazer personagens negros de forma estereotipada. Isso no Brasil, um país que passou por um processo de colonização severo, no qual o negro era tratado como objeto. O mais lamentável é haver pessoas que, defendendo a obra lobatiana, tentam transformar o escritor num militante que defendia os negros em sua literatura. Para tanto, o instituto de Advocacia Lara afirma que:

Para muitos estudiosos da obra de Monteiro Lobato, o conto Negrinha, publicado em livro do mesmo nome no ano de 1920, é uma denúncia do autor contra as desigualdades entre negros e brancos. Mas o Lara vê na obra traços de racismo. Na representação, o instituto afirma que o texto demonstra que a prática de lesões físicas contra os negros (escravizados)

³ Para o aprofundamento deste debate, conferir Reginaldo (2019), Correio Brasiliense (2012), Ribeiro (2015) e Selke (2015).

além de costumeiro, não trazia qualquer constrangimento e que o objetivo do conto não é denunciar o racismo, ou mesmo desconstruí-lo, trata-se da realidade que o autor e a sociedade da época têm para com relação ao negro (IARA, 2012, p.1, grifos do autor).

É notório que alguns estudiosos admiradores de Lobato tentam justificar o racismo dentro da literatura no desespero, até distorcem os fatos, dizendo que se trata de denúncia. No entanto, não é novidade, partindo do pressuposto que a sociedade brasileira é racista. Assim, subestimam a inteligência do povo negro do Brasil. Lobato defendia a ideologia ariana, ou seja, deveria existir só uma raça, a branca, eliminando os negros – que, para ele, eram uma raça inferior. Com esse pensamento supremacista, o escritor destilou seu “veneno literário” dentro da arte literária. Nessa perspectiva todos seus sentimentos de malevolência foram para personagens negros da sua criação.

No livro “Caçadas de Pedrinho”, esse racismo vem cheio de desprezo pela raça negra. O livro traz uma narrativa em que Pedrinho e seus amigos matam uma onça fêmea e levam o cadáver do animal abatido para o sítio. Assim, as narrativas seguiriam seu curso “normal” se não fosse a maneira inferiorizada e desrespeitosa e de cunho racista com a qual Lobato faz referência à Tia Nastácia, personagem negra de idade avançada que trabalha no sítio como empregada doméstica, fazendo bolinhos de chuva e cuidando dos afazeres domésticos. Dentro dessa narrativa, a generosa Tia Nastácia será agredida verbalmente e inferiorizada de várias formas, ganhando apelidos como beijuda, macaca de carvão, carne preta, entre outras marcas ideológicas de cunho racista.

A personagem Tia Nastácia quase não tem voz e é tratada de maneira irônica em Lobato, (1933, p.17). Tia Nastácia de olhos arregalados do tamanho de xícaras de chá, até perdeu a fala. Limitava-se a fazer pelos sinais um em cima do outro. Ainda não satisfeito o autor segue dizendo: “Tia Nastácia, esquecida dos seus inúmeros reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro a cima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida, senão trepar em mastro” (LOBATO, 1933, p.23). É notória a hipérbole quando se refere ao tamanho dos olhos da doce Tia Nastácia. Benta, por ser branca, tem outro tratamento por parte do escritor taubateano. As duas senhoras idosas têm características semelhantes, separadas só pela cor da pele e pela classe social. O escritor Ziraldo também caminha nessa perspectiva na obra o “Menino Marrom”. Concordamos com Cuti quando afirma que:

Os brancos racistas não queriam e não querem heróis nacionais negros porque um herói gera consciência, esperança e mobilização da população dominada, e sua simbologia atinge a subjetividade com forte poder de

arrebatamento por meio da identidade. Ocorre que a omissão produz um efeito contrário de suprir a carência. Assim, quando o oprimido perceber ter sido iludido, vai com muito mais sede ao pote. Foi o que aconteceu no caso de Zumbi. O movimento negro brasileiro foi fortemente impulsionado pela sua simbologia, que atualmente vem sendo diminuído pelos agentes racista controle social (CUTI, 2011, p.7).

Sendo assim, o objetivo de uma “literatura baseada na consciência humana” não é trazer os negros e negras como protagonistas, mas que tenham tratamento igual ao que é dado aos heróis brancos – “Homem Aranha”, “Mulher Maravilha”, “Super Homem” entre outros. Para além desses, os heróis negros da vida real podem fazer parte: Zumbi dos Palmares (1655-1695), o almirante João Cândido (1880-1969). Por acaso alguém conhece o guerreiro indígena Sepé Tiarajú, o grande guerreiro Zorobabé, o cacique caiapó Tipiet Karakó, o índio potiguara parente do célebre Camarão Pedro Poti, poderoso morubixaba guarani Nhenguiru, líder militar tabajara que lutou e expulsou franceses do maranhão Mandioca Capuba entre outros? Um estudo de Geraldo G. de Almeida mostra biografias de vários heróis indígenas do Brasil. Poucos escritores conhecem. Das mais de uma centena de heróis indígenas, quantos aparecem na literatura brasileira? Afinal, índios não são brasileiros? Não contribuíram para resistência e vitória contra o colonialismo neste país? Não merecem ser conhecidos pelas novas gerações? São estas questões que nos inquietam.

A dissertação de Fernanda Pereira da Silva, Super-heróis negros e negras: referências para a educação das relações étnico-raciais e ensino da história e cultura afro-brasileira e africana (2018), é muito estarrecedora ao deixar claro que os “espaços produzidos pelos super-heróis negros e negras nos quadrinhos tornam-se uma importante possibilidade de enfrentamento das questões raciais historicamente vivenciadas pela população negra” (SILVA, 2018, p. 5). Quem conhece o soldado e liberto Lucas Dantas do Amorim Torres? Quem conhece Manoel Faustino Santos Lira foi um dos líderes da Revolta dos Búzios, movimento ocorrido em Salvador, também conhecido como Revolta dos Alfaiates? Quem conhece O mestre alfaiate João de Deus do Nascimento, um dos líderes da Revolta dos Búzios, que nasceu em Vila de Cachoeira, em 1762? Esses e outros heróis merecem ter a sua memória registrada nos anais literários como forma de martirizar e ativar uma memória histórica que possa nos ajudar a compreender onde estamos e onde estamos indo nesta nação chamada Brasil.

Sendo assim, a literatura afro-brasileira é uma forma de denúncia contra o racismo. Desse modo, as escolas precisam inserir contos, romances e histórias africanas em todas

as áreas de conhecimento e, assim, romper com a perspectiva da literatura canônica. É importante estimular a formação de professores como maneira de efetivar as principais legislações vigentes no Brasil sobre a educação das relações étnico-raciais e ensino das culturas afro-brasileira e africana (SILVA, 2018).

Considerações finais

O movimento negro contra a opressão da elite dominante vem desde os tempos da colonização europeia. Os afrodescendentes e os africanos nunca deixaram de lutar, como demonstra a ousadia e coragem que Zumbi teve no passado. Precisamos fazer algo para que os verdadeiros heróis e heroínas não caiam no esquecimento.

No entanto, se realmente existisse igualdade de raças, o negro não precisaria mostrar todo tempo que tem potencial. As mulheres negras não seriam vítimas de preconceito, os estereótipos negativos não seriam tão evidentes. Em pleno século XXI, os jornais, redes sociais e revistas estão noticiando ondas de preconceitos raciais sofridos pela população negra na sociedade brasileira – na qual, a cada dia, os estereótipos de cunho pejorativo acerca dos negros só cresceram, obrigando o movimento negro a agir de forma crítica contra ideologias racista que muitas vezes causa morte de inocentes, pois dizer que não existe racismo no Brasil é de insanidade. Sendo assim, a literatura brasileira sempre trouxe o negro malandro e a mulata, desse modo só reforçou os estereótipos, pois esse legado cultural atribuído ao negro não merece credibilidade.

O antropólogo Kabengele Munanga de forma brilhante apresenta teoria que esclarece o mito da democracia racial dentro da sociedade brasileira, ao afirmar que O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. (MUNANGA, 2004, p. 84, grifos do autor).

Quando se afirma que há uma democracia racial no Brasil está se escondendo o racismo, que realmente causa danos irreparáveis na vida do povo negro. Dessa forma, fecham-se os olhos para um problema gravíssimo, que exclui e estigmatiza os grupos minoritários, os quais precisam lutar por direitos iguais nos espaços sociais como é o caso do mercado de trabalho e educação. Uma forma de exercer a democracia é levar para

sala de aula conteúdos que versem a importância do negro na construção do Brasil, buscando a história das lutas que contribuíram para a formação do povo brasileiro.

A Lei 10.639/2003 fomenta a construção das identidades, sendo a escola o espaço de troca de experiências. Essa atitude trará a autoestima, o espírito crítico, autonomia e defesa contra ataques racistas que se observam. O racismo está presente no futebol, na Fórmula-1, no boxe, no basquete em todos os esportes. O ano 2020, terminou com vários casos de racismo tanto no esporte brasileiro quanto internacionalmente. Conclui-se que os estudantes do ensino médio podem aprender o respeito pela diversidade cultural e podem ser mensageiros da paz e da igualdade entre as pessoas independentemente da cor. Existem no mercado editorial escritores/as negros/as comprometidos/as em trazer uma literatura que rompe com padrões tradicionais.

Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, Geraldo Gustavo de. *Heróis indígenas do Brasil: memórias sinceras de uma raça*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1988.
- ALVES, Maria José; TIMBANE; Alexandre António. A importância da literatura africana na transmissão da cultura no ensino médio no Brasil. *Revista interfaces*. vol.7, nº2, p. 78-85, 2016.
- ARAUJO, Emanuel. Negras memórias, O imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão. *Estudos Avançados*. vol.18, nº 50, p.242- 205. 2004.
- BARROS, José D'Assunção. *A construção social da Cor: Diferença e desigualdade na formação da Sociedade brasileira*. 3.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2014.
- BRASIL. CNE/CP 003/2004. *Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília, 2004.
- BRASIL, LEI nº 10.639/2003. Torna obrigatória o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o médio.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

- CADERNOS NEGROS. (Org.). *Contos afro-brasileiros*. vol. 38. Quilombhoje. São Paulo, 2015.
- CORREIO BRASILIENSE. *Obra infantil de Monteiro Lobato causa polêmica por racismo*. 05/07/2012.
- CUTI, Lima Barreto. *Retrato do Brasil Negro*. São Paulo: Ed. Selo Negro. 2011
- EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas/Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- IARA, 2012. *Instituto vê Racismo na obra de Monteiro Lobato*. Disponível em: www.oglobo.globo.com> Acesso em: 30 dez. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
- LIMA, Claudia. *Reflexão sobre a História do Negro no Brasil*, 2008. Disponível em: <http://www.claudialima.com.br/artigos.htm>. Acesso em: 24 dez. 2019.
- LIMA, Tânia; NASCIMENTO, Izabel; OLIVEIRA, Andrey (Org.). *Griots – culturas africanas linguagem, memória, imaginário*. Natal: Lucgraf, 2009.
- MELO, Elisabete; BRAGA, Luciana. *História da África e Afro-Brasileira: em busca de nossas origens*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- MONTEIRO, Lobato. *Caçadas de Pedrinho*. Vol.3. São Paulo: Editora: globinho, 1933.
- MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2.ed., Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- OLIVEIRA, Beatriz de Sá; Júnior, Henrique Antunes Cunha. A importância da lei federal nº10.639/003. *Revista África e Africanidade*. Vol.16, nº17. fev./mai.2012.
- PEIXOTO, Fabiana de Lima. *Literatura Afro-brasileira*. 2.ed. Salvador: Ed.UFBA, 2013.
- PODER360. *Cada vez mais o índio é 1 ser humano igual a nós, diz Bolsonaro*. 23 jan. 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=WX7Xrs2Y3QY>>. Acesso 22 dez.2020.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula e outras obras*. Série: Prazer de ler, nº11, 1958.
- REGINALDO, Lucilene. *Obra infantil de Monteiro Lobato é tão racista quanto o autor, afirma historiadora*. *Folha de São Paulo*. 10. fev. 2019.
- RIBEIRO, Rodrigo de Oliveira. *Literatura e racismo: uma análise sobre Monteiro Lobato e sua obra*. *Revista Consultor Jurídico*. 12. dez. 2015.
- SANTOS, Alê. 2018. *Impacto do racismo de Monteiro Lobato sob uma visão pessoal*. Disponível em: <https://www.diariocentrtodomundo.com.br>. Acesso: 9 set. 2019.

SELKE, Ricardo de Castilho. Monteiro Lobato e seus críticos. *XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores*. Florianópolis. 27-31 jul.2015.

SILVA, Antônio Marcos Barreto et al. (2020). *Panorama socioeconômico da população negra da Bahia*. Textos para discussão. Salvador: SEI, 2020.

Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/exto_discussao_17.pdf>. Acesso em: 16 dez.2020.

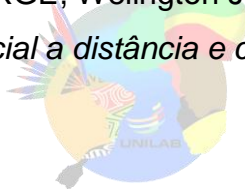
SILVA, Fernanda Pereira de. *Super-heróis negros e negras: referências para a educação das relações étnico-raciais e ensino da história e cultura afro-brasileira e africana*. 2018.

156p. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Org.). *Literatura afro-brasileira*. Salvador: Fundação Palmares, 2006.

SOUZA, Wagner Silva de. *O perverso Reflexo do Racismo na Literatura Brasileira*. 2019. Disponível em: <https://biblio.cartacapital.com.br>. Acesso em: 21 dez.2020.

TIMBANE, Alexandre António; FERREIRA, Liliana Bispo. A família, a escola e o aluno: quem ensina o que e para quê? JORGE, Welington Junior (Org.). *Abordagens teóricas e reflexões sobre a educação presencial a distância e corporativa*. Maringá: Uniedusul, 2019. p.198-214.



Recebido em: 11/08/2022

Aceito em: 20/09/2022

Para citar este texto (ABNT): SANTOS, Ana Lúcia dos; TIMBANE, Alexandre António. A literatura afro-brasileira em sala de aula: caminhos para o incentivo da leitura e da história e da cultura. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.2, nº Especial, p.471-495, 2022.

Para citar este texto (APA): Santos, Ana Lúcia dos; Timbane, Alexandre António (2022). A literatura afro-brasileira em sala de aula: caminhos para o incentivo da leitura e da história e da cultura. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 2 (Especial): 471-495.